

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

CONTRATO Nº 0000004/2023 - IFSC

PROCESSO Nº 23.1.00323.76.9  
Edital de PREGÃO Nº 00004/2023 - IFSC

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA(O) Instituto de Física de São Carlos E A EMPRESA Rui Jorge Correia Taipas Nogueira Sintra - ME OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA;**

Aos 23 dias do mês de junho do ano de 2023, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da(o) **Instituto de Física de São Carlos**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 63 025 530/0030-49, localizada(o) no(a) Av. Trabalhador São-Carlense, 400 - Área 1 - Ed. da Administração do Instituto de Física de São Carlos - Bloco D - Térreo - Pq. Arnold Schmidt - São Carlos - SP - CEP 13566-590, neste ato representada por seu Diretor de Unidade de Ensino, Prof(a). Dr(a). Osvaldo Novais de Oliveira Junior, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 6.561/2014, na Universidade de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **Rui Jorge Correia Taipas Nogueira Sintra - ME**, CNPJ nº 10.755.350/0001-11 sediada na Rua José Duarte de Souza, 490 - Sala 01 - Jardim Nova Santa Paula - São Carlos - SP - CEP 13564030, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fundamento nas Leis Federais nºs. 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Estaduais nºs. 47.297/2002 e 49.722/2005, no Regulamento anexo à resolução nº CC-27/2006 e na Resolução CEGP-10/2002, bem como nas demais Portarias referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, estando as partes vinculadas ao **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2023 - IFSC** e a proposta vencedora, assinam o presente contrato de Prestação de Serviço, obedecendo às seguintes disposições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **prestação de SERVIÇO DE ASSESSORIA**;, conforme descrito no **ANEXO - "OBJETO DO CONTRATO"**, que integra(m) este contrato.

1.2. O objeto do presente Contrato, poderá sofrer alterações em suas quantidades conforme previsto no artigo 65 da Lei nº 8666/1993 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. A execução dos serviços deverá ter início a contar da data estabelecida da vigência do contrato, observadas as especificações constantes do **ANEXO - "OBJETO DO CONTRATO"**, correndo por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.1.1. O objeto deste contrato deverá ser executado/entregue no endereço:

**Instituto de Física de São Carlos**  
**Av. Trabalhador São-Carlense, 400 - Área 1 - Almoxarifado - Ed. da Administração do Instituto de Física de São Carlos - Bloco G - Térreo - Pq. Arnold Schmidt - São Carlos - SP - CEP:13566-590**

2.2. Se o término do prazo de execução do(s) serviço(s) coincidir com o dia em que a USP não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, ou em data pré definida a critério da administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA**

3. Para utilização da garantia e/ou validade a Universidade de São Paulo, observará o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) .

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**



## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

4.1. Além das obrigações estabelecidas em lei e das constantes dos **Anexos OBJETO DO CONTRATO e OUTRAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**, este último se houver, a **CONTRATADA** é responsável por:

- 4.1.1. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários, em estrita obediência à legislação vigente, às normas técnicas aplicáveis e às determinações da **CONTRATANTE**;
- 4.1.2. Arcar com todas as despesas e custos diretos e indiretos, aqui incluídas, entre outras, as despesas com embalagem, frete e/ou transportes, seguros, além de quaisquer outras despesas que se apresentarem e que a qualquer título se façam necessárias à boa execução deste Contrato;
- 4.1.3. Designar pessoal qualificado e idôneo para realização dos serviços e indicar o responsável pelo acompanhamento da execução e pelos contatos com a **CONTRATANTE**;
- 4.1.4. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 4.1.5. Manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente, durante o período que permanecerem nas instalações da **CONTRATANTE**;
- 4.1.6. Fornecer e fiscalizar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos (EPCs), quando necessário à execução do contrato.
- 4.1.7. Atender prontamente às convocações da **CONTRATANTE**, participando de reuniões, respondendo aos questionamentos e prestando esclarecimentos por escrito, sempre que solicitado;
- 4.1.8. Prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, pelo prazo e nas condições fixadas no **Anexo OBJETO DO CONTRATO**.
- 4.1.9. Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** de qualquer anormalidade que verificar na execução deste Contrato;
- 4.1.10. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes da execução deste Contrato;
- 4.1.11. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;
- 4.1.13. Não ceder ou transferir quaisquer das obrigações assumidas neste contrato, nem subcontratar a execução total ou parcial do objeto sem a prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1. O/A Sr.(a) Claudia Tofaneli está designado pela **CONTRATANTE** para atuar como preposto, responsável por realizar a fiscalização, acompanhamento e contatos que se fizerem necessários para a realização do objeto pela **CONTRATADA**.

5.1.1. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.

5.1.2. A ausência de comunicação, por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e correspondentes Anexos.

5.2. O preposto da **CONTRATANTE** poderá rejeitar o objeto do contrato, no todo ou em parte, quando não forem atendidas suas especificações e condições, devendo tomar as medidas cabíveis nas hipóteses previstas na Cláusula das Penalidades.

5.2.1. Em nenhuma hipótese as características do objeto contratado poderão ser alteradas, sob pena de rescisão contratual.



## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

5.3. Cabe, ainda, à **CONTRATANTE** efetuar os pagamentos devidos em razão da execução do objeto, depois do recebimento definitivo e de acordo com as condições fixadas neste Contrato.

### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze) mês(es)**, consecutivos e ininterruptos, contados a partir de 03/10/2023

6.2. O Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, de comum acordo, manifestado com antecedência de, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do seu término, até o limite máximo de **60 (sessenta) meses**, contados do início de sua vigência, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

6.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização.

6.4. Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DOS RECURSOS

7. O valor total do presente contrato é de **R\$145.980,00 (cento e quarenta e cinco mil novecentos e oitenta reais)**. A despesa onerará a Classificação Funcional Programática **12.364.1043.5305** - Classificação de Despesa Orçamentária **3.3.90.35.01**, do orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Lei Estadual nº 10.320/1968, observada a seguinte distribuição:

### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado à Contratada, por período vencido **mensal**, no prazo de **28 (vinte e oito) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório do objeto, nos termos da Portaria GR 4.710/2010. A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, exclusivamente em conta corrente do **BANCO DO BRASIL S.A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

8.1.1. Nos casos de incidência de ICMS, os documentos fiscais competentes acima referidos, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o art. 55, do Anexo I, do Regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000.

8.1.1.1. Nos casos referidos no subitem 8.1.1., tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, Inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica, deverá ser, também, destacado nesse mesmo documento.

8.1.2. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e alterações posteriores, respeitando as seguintes determinações.

8.1.2.1. Quando da celebração do contrato:

a) A **CONTRATADA** deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados relativamente ao ISSQN, também informar o valor, alíquota e indicar expressamente no documento fiscal correspondente quando couber, a responsabilidade pelo tomador de serviços da retenção e pagamento do ISSQN, conforme art. 6º, da Lei Complementar nº 116/2003.

b) A **CONTRATANTE**, na qualidade de responsável tributário, deverá reter e recolher o ISS informado na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentado, no prazo previsto na legislação municipal.



## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

c) As microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples nacional, deverão informar no documento fiscal, a alíquota aplicável na retenção de acordo com o percentual de ISS vigente.

d) Na hipótese da microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota vigente.

8.2. São condições para a liberação do pagamento:

8.2.1. O recebimento definitivo do objeto;

8.2.2. A entrega da documentação fiscal completa;

8.2.3. A não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.

8.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

8.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

8.5. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

8.6. A constatação de irregularidades na execução deste ajuste motivará o desconto da importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo de eventual rescisão e aplicação das penalidades fixadas na Cláusula - Das Penalidades.

### CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1. Observadas as prescrições do Decreto nº 48.326/2003 e pela Resolução CC-79 de 12/12/2003, no que for pertinente, aplicar-se-á a este Contrato, em periodicidade anual, reajuste dos valores contado "do mês de referência dos preços". A periodicidade anual poderá ser reduzida por ato do Poder Executivo.

9.1.1. Ocorrendo o disposto acima, os preços dos serviços, conforme discriminado neste Contrato, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = P_o . [ ( IPC / IPC_o ) - 1 ]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P<sub>o</sub> = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC / IPC<sub>o</sub> = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste;

9.2. Os valores contratuais serão reajustados para mais ou para menos em consequência de suas variações.

9.3. Será considerado como "mês de referência dos preços" o da apresentação da proposta, durante a fase de aceitabilidade do preço na BEC.

9.4. O reajuste de valores será efetuado somente com base em índices definitivos.

9.5. Da aplicação da fórmula constante nesta cláusula, serão obtidos valores reajustados e novo "mês de referência", sendo este mês a base para o próximo período, quando poderá ocorrer novo reajuste, observada a legislação específica vigente.



## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA FINANCEIRA

10.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Além das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8666/1993 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

11.2. A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.

11.3. Poderão ser aplicadas multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, observados os seguintes tipos e respectivos percentuais:

a) **Cominatória:** A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I - Até o 30º dia - 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II - A partir do 31º dia - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.1) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.

b) **Moratória:** A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I - Até o 30º dia - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

II - A partir do 31º dia - 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.1) A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.

c) **Por inexecução total ou parcial do contrato:** A multa será de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, e será aplicada quando for imputável à **CONTRATADA** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas, e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/1993.

11.3.1. As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

11.3.2. As multas não tem caráter compensatório, de modo que, independentemente das sanções aplicáveis, a **CONTRATADA** ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

11.4. Poderá ser aplicada, ainda, a sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.5. As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

11.6. O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

11.7. As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções", no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br); no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

11.8. As multas e demais débitos não pagos pela **CONTRATADA** são passíveis de registro no CADIN Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1. A falta de cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento ou a incidência do comportamento descrito no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.

12.2. No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o § 1º, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011.

12.3. Em caso de rescisão, a **CONTRATANTE** poderá reter eventuais valores devidos à **CONTRATADA**, com fundamento no artigo 80, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a fim de se ressarcir de eventuais prejuízos que lhe tenham sido causados pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda deste ajuste e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as partes.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

São Carlos, 23 de junho de 2023.

  
.....  
R/ CONTRATANTE

Prof(a). Dr(a). Osvaldo Novais de Oliveira Junior  
Diretor de Unidade de Ensino

  
.....  
P/ CONTRATADA

RUI JORGE CORREIA TAI PAS NOGUEIRA SINTRA

Prof(a). Dra. Ana Paula Ulian de Araújo  
Vice-Diretora em Exercício da Diretoria  
Instituto de Física de São Carlos - IFSC/USP  
nº USP 2917761





## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ANEXO I

## OBJETO DO CONTRATO

ITEM 1: Qtd.12,000 MES - Preço Unitário (R\$) 12.165,00  
Importância (R\$) 145.980,00 (cento e quarenta e cinco mil novecentos e oitenta reais)  
Grupo SERVICOS ESPECIALIZADOS \ Item SERVICOS DE AUDITORIA,CONSULTORIA E ASS. \  
Subitem SERVICIO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

## Características:

## 1. OBJETO

O objeto desta licitação é estabelecer as condições para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação com ênfase em ciência e tecnologia, serviços de apoio a eventos nas áreas de cerimonial e protocolo de caráter educacional, científico, social e cultural, e serviços de apoio a eventos institucionais, com utilização, além do idioma português, dos idiomas inglês e espanhol, caso seja necessário, pelo período de 12 (doze) meses. Os serviços, que deverão ser obrigatoriamente prestados de forma presencial compreenderão o desenvolvimento das seguintes rotinas:

- Assessoria de Comunicação:

- ✓ execução diária de textos jornalísticos relacionados à vida da comunidade na Instituição, com atualização noticiosa do site e de suas mídias sociais e envio para a comunicação social impressa, rádios, canais de TV, jornais e imprensa online;
- ✓ agendamento diário e realização de entrevistas e reportagens (de caráter educacional, científico, social e/ou cultural) de docentes, pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação ou pós-graduandos (nacionais ou estrangeiros) e funcionários, dentro e/ou fora da Instituição;
- ✓ transcrição, redação, edição e/ou revisão de todos os materiais gráficos relacionados com a Instituição (folders, banners, informativos, livros, brochuras etc.), acompanhando e supervisionando todas as fases dos trabalhos gráficos;
- ✓ agendamento, acompanhamento e apoio a jornalistas que visitem a Instituição, em trabalho de reportagem, nas Áreas 1 e 2 do Campus USP São Carlos;
- ✓ traduções e retroversões de peças jornalísticas escritas, áudios e vídeos;
- ✓ agendamento, acompanhamento e apoio diário a pesquisadores, docentes, alunos ou funcionários nas Áreas 1 e 2 do Campus USP São Carlos, que sejam convidados a participar em programas, entrevistas ou reportagens em rádios, canais de TV, mídia impressa ou eletrônica;
- ✓ intermediação com a comunicação nacional, regional e internacional;
- ✓ reportagens fotográficas e edição de imagens de todos os trabalhos jornalísticos e eventos promovidos ou apoiados pela Instituição, que se realizem nas Áreas 1 e 2 do Campus USP São Carlos, ou fora delas;
- ✓ apoio na realização, produção, edição e/ou locução de trabalhos ou matérias jornalísticas em audiovisuais, idealizadas pela Instituição;
- ✓ elaboração de clippings diários de notícias sobre a Instituição, com pesquisa diária nas mídias eletrônica, impressa, canais de TV e rádios;
- ✓ disponibilidade total para redigir, editar, postar ou enviar matérias que devam entrar com urgência no site da Instituição e/ou nas mídias sociais, bem como reportagens externas (sempre que necessário);
- ✓ idealização e acompanhamento de trabalhos de execução de cartazes e folders relacionados a eventos promovidos pela Instituição;
- ✓ execução de entrevistas antecipadas com os principais palestrantes ou convidados especiais (nacionais ou estrangeiros) dos eventos promovidos pela Instituição nas Áreas 1 e 2 do Campus USP São Carlos, para postagem no site e nas mídias sociais da instituição;

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

- ✓ acolhimento e acompanhamento dos palestrantes convidados em eventos promovidos pela Instituição nas Áreas 1 e 2 do Campus USP São Carlos;
  - ✓ apoio a eventos nas áreas de cerimonial e protocolo, de caráter educacional, científico, social e cultural
  - ✓ organização e elaboração de roteiros específicos na área de cerimonial e protocolo; contato com convidados; apoio na organização dos espaços e dos meios técnicos operacionais; organização, gestão e apresentação/locução das cerimônias, segundo as regras protocolares vigentes e especificadas nos roteiros elaborados, nas Áreas 1 e 2 do Campus USP São Carlos.
- Apoio a eventos Institucionais:
- ✓ Elaboração de check-lists, contatos com convidados e organizadores, acompanhamento de coffee-breaks, coquetéis, almoços ou jantares comemorativos, auxílio na preparação dos espaços onde decorrerão os eventos;

**2. OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL:**

2.1. Caberá a empresa vencedora do certame disponibilizar profissional(is) (cerimonialista com experiência comprovada e inscrito há mais de um ano em instituição ou órgão de classe), de jornalista (com Mtb e experiência na área educacional e científica há mais de um ano nas áreas de escrita, fotografia e audiovisual), e de profissional para apoiar a realização de eventos institucionais para o desenvolvimento dos trabalhos a serem executados no objeto desta licitação.

2.2. O(s) profissional(is) indicados pela licitante vencedora deverá(ão) cumprir um horário de trabalho presencial, diário, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00, para desenvolvimento de seus trabalhos, podendo a qualquer momento ser chamados a realizar trabalhos presenciais fora do horário acima mencionado, inclusive em finais de semana e feriados.

2.3. Deverão estar inclusos na proposta comercial para a prestação dos serviços, objeto desta licitação, todos os impostos, taxas e eventuais despesas com material técnico, equipamentos (que deverão ser propriedade da empresa prestadora do serviço), transporte, alimentação e estadia do(s) profissional(is) indicado(s), caso haja necessidade de acompanhamento de algum evento que não se realize nas dependências do IFSC-USP.

2.4. O julgamento das propostas será efetuado pelo valor total dos serviços prestados em 12 meses, cujos pagamentos serão ser efetuados em 12 parcelas mensais.

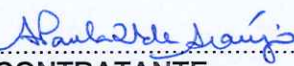
**3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

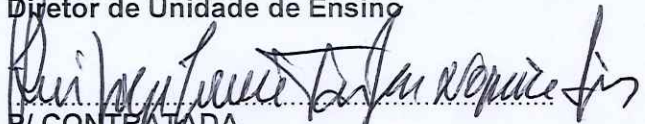
3.1. A CONTRATADA pagará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de atraso injustificado na prestação do serviço e na hipótese de descumprimento das demais cláusulas contratuais, quantias essas que serão descontadas dos pagamentos devidos e/ou cobradas judicialmente.

3.2. Independente da aplicação da penalidade prevista no item 3.1, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos no art. 77 e 78, inc. I a XVII da Lei nº 8.666/1993, na forma prevista pelos artigos 79 e 80.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Anexo I, que integra este contrato firmado nesta data.

São Carlos, 23 de junho de 2023.

  
.....  
P/ CONTRATANTE  
Prof(a). Dr(a). Osvaldo Novais de Oliveira Junior  
Diretor de Unidade de Ensino

  
.....  
P/ CONTRATADA  
RUI JORGE CORREIA TAIPAS NOGUEIRA SINTRA ME

Profa. Dra. Ana Paula Ulian de Araújo  
Vice-Diretora em Exercício da Diretoria  
Instituto de Física de São Carlos - IFSC/USP  
nº USP 2917761



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****PROCESSO Nº 23.1.00323.76.9**

**CONTRATANTE:** Instituto de Física de São Carlos  
**CONTRATADO:** Rui Jorge Correia Taipas Nogueira Sintra - ME  
**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** 0000004/2023 - IFSC  
**OBJETO:** SERVIÇO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** São Carlos, 23 de junho de 2023.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**Nome:** Carlos Gilberto Carlotti Junior  
**Cargo:** Reitor  
**CPF:** 075.130.298-81

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

**Nome:** Osvaldo Novais de Oliveira Junior  
**Cargo:** Diretor  
**CPF:** 036.910.428-56  
**Assinatura:** \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ana Paula Ulian de Araújo  
Vice-Diretora em Exercício da Diretoria  
Instituto de Física de São Carlos - IFSC/USP  
nº USP 2917761



**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: Osvaldo Novais de Oliveira Junior

Cargo: Diretor

CPF: 036.910.428-56

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ana Paula Ulian de Araújo

Vice-Diretora em Exercício da Diretoria  
Instituto de Física de São Carlos - IFSCAUSP  
nº USP 2917761

**Pela CONTRATADA:**

Nome: Rui Jorge Correia Taipas Mogueira Sintra ME

Cargo: Proprietário

CPF: 016.712.596-61

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Osvaldo Novais de Oliveira Junior

Cargo: Diretor

CPF: 036.910.428-56

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ana Paula Ulian de Araújo

Vice-Diretora em Exercício da Diretoria  
Instituto de Física de São Carlos - IFSCAUSP  
nº USP 2917761

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: Claudia Tofaneli

Cargo: Secretária de Diretoria

CPF: 159.921.488-17

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS:**

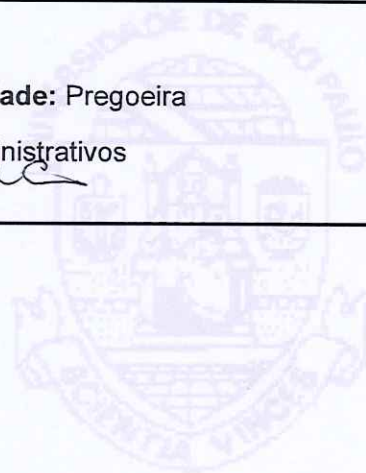
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Pregoeira

Nome: Maria Alice Corrêa

Cargo: Técnico para Assuntos Administrativos

CPF: 033.721.578-26

Assinatura: \_\_\_\_\_



VISTO